

Constituição impede o 'divórcio' no PSD-M

ORLANDO DRUMOND

odrumond@dnoticias.pt

Alberto João Jardim confessou ontem que o PSD-Madeira ainda está ligado ao PSD - Nacional porque a Constituição Portuguesa não permite a criação de partidos regionais.

Depois de ter constatado que “o ambiente de hostilidade que há em relação às Regiões Autónomas” também “passou a invadir o próprio PSD”, Jardim assumiu que “o partido a nível nacional diz pouco ao partido aqui na Madeira”, concretizando que está no mesmo partido “apenas e só porque a Constituição proíbe partidos regionais”.

Declaração feita na qualidade de presidente do Governo Regional, durante a intervenção de encerramento da reunião anual de quadros da SRS Advogados.

Saudosista dos tempos em que a “herança de Francisco Sá Carneiro” conferia à Região “uma solidariedade a 100%”, Jardim reconheceu que agora há cada vez um maior distanciamento entre os social-democratas de cá e de lá, não só a nível partidário, mas também institucional. Apontou o exemplo da própria Assembleia da República (AR), cuja Mesa acusou de “empatar” as propostas que eram enviadas pelo Parlamento Regional.

O que, associado à pouca solidariedade que diz sentir a nível partidário, tem “desmotivado” a Região de fazer propostas directas à AR.

Porque “a política é uma guerra sem armas”, Jardim voltou a defender “mais Autonomia” porque “sem mais Autonomia nós não vamos a parte alguma”, advertiu.

Voltou a congratular-se por ter feito “o mais possível e depressa”, antes do país cair neste “sarilho”. E mesmo reconhecendo que a política “implicou uma enorme dívida”,



Jardim participou em encontro da SRS Advogados.

Jardim despediu-se deixando à plateia uma interrogação: “No meu lugar não desenvolviam a Madeira só para não ter dívida pública?”.

A pergunta ficou sem resposta. Antes porém, foram dadas outras respostas pelo painel de oradores – Cristina Pedra (ACIF), Paulo Pereira Gouveia (juiz desembargador), Sérgio Marques (ex eurodeputado) e Luís Miguel Sousa (empresário) – sobre o futuro da Região.

“CINM não é um off-shore”

A fiscalidade e a autonomia foram temas dominantes, com o CINM – Centro Internacional de Negócios da Madeira a merecer de

fende, deveria ser aproveitado pelo país para “captar investimento estrangeiro e internacionalizar as empresas portuguesas”.

Justiça atenta

Já o magistrado, considerou a instabilidade reinante no país deve-se também ao “obstáculo” dos mandatos dos governos serem só de quatro anos. Já no que à Justiça diga respeito, garante que em Portugal “é muito boa”, quando comparada com outras realidades europeias. A questão fiscal foi particularmente relevada por Paulo Pereira Gouveia que entende que “devíamos caminhar para uma maior autonomia tributária”, pois só desta forma será possível “combater a insularidade, que é uma realidade eterna”, lembrou. E porque o turismo é a ‘alavanca’ da economia regional, disse ser possível e desejável “potenciar o mar e a montanha”.

“Este modelo está esgotado”

“Restaurar” a autonomia política e a integração europeia, foi o desafio deixado por Sérgio Marques. Depois de um caminho de sucesso e prosperidade, afirmou que hoje “este modelo está esgotado” e “precisa ser revigorado e restaurado”.

Ainda sem Alberto João Jardim presente, o ex-eurodeputado defendeu uma mudança de estratégia com a República, porque importa “conceber uma autonomia de modo diferente”, que “retire conflitualidade” para dar lugar ao entendimento, porque “precisamos de uma parceria estratégica entre a Madeira e a República”, assumiu.

Porque a sustentabilidade do sector da Saúde está em causa, Luís Miguel Sousa é da opinião que este sector deve ser um problema que deve ser assumido pelo Estado e não da Região.

JARDIM SÓ NÃO CONCRETIZA A SEPARAÇÃO PORQUE NÃO É POSSÍVEL PARTIDOS REGIONAIS

Cristina Pedra uma reflexão mais aprofundada. A presidente da ACIF considerou que “é errado olhar para o CINM como algo que existe só para a Região”, esclarecendo que este “não é um off-shore”, porque “é um centro devidamente regulamentado” que de-